



**ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA RECURSAL DO
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2019.**

Data : 11/07/2019
Horário : 14h
Local : SDE – Ed. Office Park – Rod. SC 401, KM 5, 4756 – Bloco 2 – Saco Grande
CEP 88.032-005 – Florianópolis/SC.

1 Às quatorze horas do dia onze de julho de dois mil e dezenove, na sala de reuniões da SDE,
2 reuniu-se a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA),
3 com a presença da senhora Juliana Cassanelli Machado (IMA), Presidente; e dos membros
4 representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada: Camila de Alcântara Rico
5 (IMA), José Almerly Padilha (OCESC), Maicon dos Reis Soares (FAESC) e Rodrigo Walter
6 (OAB/SC).

7

8 Julgamento dos processos relacionados no Edital 16/19, publicado no DOE nº 21.047 de
9 02/07/2019.

10

11 **A SEGUNDA CÂMARA RECURSAL DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**
12 **(CONSEMA)**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 25-A do Anexo Único do Decreto
13 nº 2.143, de 11 de abril de 2014, decide:

14

15 **RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 021/18**

16 AIA Nº : 17449-A

17 PROCESSO Nº : PMSC 15054/2016

18 RELATOR : JOSÉ ALMERY PADILHA

19 RECORRENTE : MANOEL IDALINO MARTINS

20 RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

21 REPRESENTANTE : CAMILA CARDOSO

22

23 **EMENTA**

24

25 RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. TER
26 EM CATIVEIRO ANIMAIS AMEAÇADOS DE EXTINÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO. MUNICÍPIO
27 DE FLORIANÓPOLIS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE.

28



DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por maioria, vencido o relator, pelo reconhecimento da prescrição intercorrente contida nas folhas 51 e 53 do processo, considerando que a folha 52 não interrompe o marco prescricional, nos termos do voto divergente do Conselheiro Maicon dos Reis Soares que considera o reconhecimento dos prazos prescricionais, no sentido de ter havido neste caso a PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE ADMINISTRATIVA, segundo base legal contida no §2º do Artigo 21 do Decreto Federal Nº 6.514/2008; e também no Item 5 do Enunciado CONSEMA Nº 1 de 23/08/2018, e determina por ofício o encerramento e arquivamento deste Processo Administrativo sem o julgamento do mérito, devendo o mesmo retornar a origem para cobrança da reparação do dano ambiental conforme estabelece o §4º do Artigo 21 do Decreto Federal N.º 6.514/2008, se for o caso.

Florianópolis, 11 de julho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 146/18

AIA Nº : 42239-A
PROCESSO Nº : PMSC 17035/2016
RELATOR : JULIANA CASSANELLI MACHADO
RECORRENTE : VALDEMAR CAGNETTI
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24, I e II, § 3º, III, DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. TER EM CATIVEIRO 21 (VINTE E UMA) ESPÉCIMES DA FAUNA BRASILEIRA SEM AUTORIZAÇÃO, SENDO QUE 03 (TRÊS) AVES CONSTAM EM LISTA OFICIAL DE ANIMAIS AMEAÇADOS DE EXTINÇÃO. MUNICÍPIO DE BLUMENAU. RECURSO NÃO PROVIDO.



DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, pela manutenção da multa, nos termos do voto da Relatora.

Florianópolis, 11 de julho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 275/17

AIA Nº : 39560-A
PROCESSO Nº : PMSC 19517/2017
RELATOR : MAICON DOS REIS SOARES
RECORRENTE : MARIO FUZZI
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE PALHOÇA. MANTER PÁSSARO SILVESTRE EM GAIOLA SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL. RECURSO PROVIDO

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, dar provimento ao recurso nos termos do voto do Relator.

Florianópolis, 11 de julho de 2019.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 395/17

AIA Nº : 38210-A

PROCESSO Nº : PMSC 22350/2017

RELATOR : JULIANA CASSANELLI MACHADO

RECORRENTE : LUIZ CARLOS ADÃO

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 35 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA. EXERCER ATIVIDADE DE PESCA COM PETRECHO DE FORMA IRREGULAR. SUBSTITUIÇÃO DA PENA DE MULTA EM PENA DE ADVERTÊNCIA

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, pela substituição da pena de multa em pena de advertência.

Florianópolis, 11 de julho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 679/17

AIA Nº : 35596-A

PROCESSO Nº : PMSC 44587/2017

RELATOR : JULIANA CASSANELLI MACHADO

RECORRENTE : ADEMAR RODRIGUES



RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE CHAPECÓ. MANTER EM CATIVEIRO AVES NATIVAS SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL. SUBSTITUIÇÃO DA PENA DE MULTA EM PENA DE ADVERTÊNCIA.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, pela substituição da pena de multa em pena de advertência.

Florianópolis, 11 de julho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 009/18

AIA Nº : 35823-A

PROCESSO Nº : PMSC 28037/2018

RELATOR : JOSÉ ALMERY PADILHA

RECORRENTE : ELSON ELIAS KREUSCH

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL. MANTER EM CATIVEIRO AVES NATIVAS SILVESTRES BRASILEIRAS SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. REDUÇÃO DA MULTA EM 90%.



DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, pela redução da multa em 90%, nos termos do voto do Relator.

Florianópolis, 11 de julho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 031/18

AIA Nº : 35825-A
PROCESSO Nº : PMSC 1678/2018
RELATOR : JOSÉ ALMERY PADILHA
RECORRENTE : ADELÍRIO JOSÉ DA SILVA
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE IMBUIA. MANTER EM GAIOLAS DE PÁSSAROS NATIVOS SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE. REDUÇÃO DA MULTA EM 90%.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, pela redução da multa em 90%, nos termos do voto do Relator.

Florianópolis, 11 de julho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO



Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 033/18

AIA Nº : 36460-A
PROCESSO Nº : PMSC 2891/2018
RELATOR : JOSÉ ALMERY PADILHA
RECORRENTE : LEONARDO AGENOR DA SILVEIRA
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 35 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE PALHOÇA. PROMOVER PESCA FAZENDO USO DE APARELHO E METODOS NÃO PERMITIDOS. SUBSTITUIÇÃO DA PENA DE MULTA EM PENA DE ADVERTÊNCIA.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, pela substituição da pena de multa em pena de advertência, nos termos do voto do Relator.

Florianópolis, 11 de julho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 156/18

AIA Nº : 39698-A
PROCESSO Nº : PMSC 3684/2018
RELATOR : JULIANA CASSANELLI MACHADO
RECORRENTE : ODAIR SIQUEIRA MARQUES
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)



EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 35 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE LAGUNA. PESCAR MEDIANTE UTILIZAÇÃO DE PETRECHO PROIBIDO EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL. CONVERSÃO DA PENA DE MULTA EM ADVERTÊNCIA.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, pela substituição da pena de multa em pena de advertência, nos termos do voto da Relatora.

Florianópolis, 11 de julho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 190/18

AIA Nº : 39692-A
PROCESSO Nº : PMSC 17924/2018
RELATOR : JULIANA CASSANELLI MACHADO
RECORRENTE : ADILSON ESTEVÃO
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 35 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE IMBITUBA. EXERCER ATIVIDADE DE PESCA EM LOCAL PROIBIDO EM PERÍODO INTERDITADO PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES. REDUÇÃO DA MULTA EM 25%.



DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, pela redução da multa em 25%, nos termos do voto da Relatora.

Florianópolis, 11 de julho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 192/18

AIA Nº : 34156-A
PROCESSO Nº : PMSC 10602/2016
RELATOR : JULIANA CASSANELLI MACHADO
RECORRENTE : ENEDINO ESPÍNDOLA CABRAL
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 35 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE IMARUI. ESTAR BENEFICIANDO CAMARÃO IN NATURA PROVENIENTE DE PESCA PROIBIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, por não dar provimento ao recurso nos termos do voto da Relatora.

Florianópolis, 11 de julho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO



Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 218/18

AIA Nº : 20376-A
PROCESSO Nº : PMSC 32508/2017
RELATOR : JOSÉ ALMERY PADILHA
RECORRENTE : VITELMO GONÇALVES
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ. MANTER EM CATIVEIRO ESPÉCIMES DA FAUNA SILVESTRE SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL. SUBSTITUIÇÃO DA PENA DE MULTA EM PENA DE ADVERTÊNCIA.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, pela substituição da pena de multa em pena de advertência, nos termos do voto do Relator.

Florianópolis, 11 de julho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 239/18

AIA Nº : 42305-A
PROCESSO Nº : PMSC 24393/2018
RELATOR : JULIANA CASSANELLI MACHADO
RECORRENTE : LEONARDO LUIZ SORA
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)



EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE LAURENTINO. MANTER EM CATIVEIRO ESPÉCIMES DA FAUNA SILVESTRE SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL. RECURSO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora.

Florianópolis, 11 de julho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 333/18

AIA Nº : 42367-A
PROCESSO Nº : PMSC 7264/2017
RELATOR : JULIANA CASSANELLI MACHADO
RECORRENTE : VALMIR SCHMIDT
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAJEADO. MANTER EM CATIVEIRO ESPÉCIMES DA FAUNA SILVESTRE SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL. REDUÇÃO DA MULTA EM 90%.

DECISÃO



Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por maioria, vencido o voto da Relatora, por reduzir a multa em 90%, de acordo com o voto divergente do Conselheiro Maicon dos Reis Soares, que considera os argumentos e documentação apresentados nos autos, considera que o autuado não possui histórico desfavorável e observa os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Considera que o ato *sub judice* decorreu em dano ambiental pouco relevante, e considera que todas as aves, mesmo aquelas em risco de extinção, retornaram ao seu habitat natural, vota pela redução de 90% (noventa por cento) da pena de multa impetrada no AIA 42367-A (fls.02), conforme disposto no Art. 87º da Lei nº 14.675/2009, devendo o referido processo retornar a origem para as devidas providências, e celebração do Termo de Compromisso se couber.

Florianópolis, 11 de julho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 340/18

AIA Nº : 45757-A
PROCESSO Nº : PMSC 28379/2018
RELATOR : JULIANA CASSANELLI MACHADO
RECORRENTE : ALEXANDRE DE CASTRO
RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 35 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE LAGUNA. EXERCER ATIVIDADE DE PESCA MEDIANTE AO USO DE PETRECHO PROIBIDO. SUBSTITUIÇÃO DA PENA DE MULTA EM PENA DE ADVERTÊNCIA

DECISÃO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, pela substituição da pena da multa em pena de advertência, nos termos do voto da Relatora.

Florianópolis, 11 de julho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 345/18

AIA Nº : 42492-A

PROCESSO Nº : PMSC 36265/2016

RELATOR : JULIANA CASSANELLI MACHADO

RECORRENTE : EDSON SÉRGIO MERK

RECORRIDO : COMANDO DE POLICIA MILITAR AMBIENTAL (CPMA)

EMENTA

RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DO CPMA. INFRAÇÕES CONTRA A FAUNA. ART. 24 DO DECRETO FEDERAL Nº 6.514/08. MUNICÍPIO DE PALMITOS. MANTER EM CATIVEIRO ESPÉCIMES DA FAUNA NATIVA SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL. REDUÇÃO DE 25% DA PENALIDADE DE MULTA.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Segunda Câmara Recursal do Conselho Estadual do Meio Ambiente, por unanimidade, reduzir a multa em 25%, nos termos do voto da Relatora.

Florianópolis, 11 de julho de 2019.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA

437

438 Os Recursos Administrativos nºs 015/15 e 017/18 foram retirados de pauta e serão pautados
439 para julgamento na reunião de agosto de 2019. Nada mais havendo a tratar, às dezesseis
440 horas e trinta minutos, declarou-se encerrada a reunião.

JULIANA CASSANELLI MACHADO

Presidente

Florianópolis, 11 de julho de 2019.